

NÃO À REFORMA ADMINISTRATIVA



NÃO É UMA REFORMA
E O FIM
DO SERVIÇO PÚBLICO





O que é a Reforma Administrativa e porque ela é tão prejudicial para o Brasil?

Está tramitando no Congresso Nacional, a PEC da Reforma Administrativa apresentada pelo Governo Bolsonaro, que transforma, de forma radical, toda a estrutura do serviço público brasileiro nas três esferas: federal, estadual e municipal. Com a falsa justificativa de cortar gastos e racionalizar o serviço público, o governo Jair Bolsonaro segue no seu projeto de desmonte do Estado brasileiro. O que está por trás da proposta é um projeto de entrega dos serviços públicos à iniciativa privada e a precarização da base dos servidores públicos, que está nos estados e municípios e são responsáveis pelo atendimento à população.

A PEC 32, encaminhada por Paulo Guedes e Jair Bolsonaro, atinge de forma ampla o funcionalismo público. Ao alterar a estrutura do serviço público e facilitar a utilização do estado para interesses políticos, ataca os servidores atuais e os novos, prejudicando de forma severa os serviços prestados à população.

Nessa cartilha apresentaremos os principais pilares da proposta.





Extinção do RJU pode acabar com a estabilidade dos Policiais Civis

Pela proposta do governo Bolsonaro, a União, os estados, o DF e os municípios instituirão novo Regime Jurídico de pessoal, estabelecendo novos vínculos com a Administração Pública. Com isso, seriam criadas 5 formas distintas de vínculos de contratação. O objetivo dessa proposta é flexibilizar as modalidades de ingresso no Serviço Público nas três esferas, além de facilitar o desligamento de servidores, aumentando a rotatividade no serviço público.

A estabilidade é uma garantia de autonomia para aqueles que são responsáveis por gerir o Estado e, por consequência, a existência do estado democrático de direito. Retirar a estabilidade e a autonomia de Policiais, Fiscais, Professores e várias outras carreiras, é jogar a democracia em um limbo, onde ficará ao sabor dos interesses dos governantes.

Militares e alto escalão do Judiciário ficaram fora da Reforma Administrativa

A reforma Administrativa não altera as regras para militares, magistrados, parlamentares, promotores e procuradores, ou seja, o alto escalão, bem remunerado e com mais benefícios do que todos os servidores do Brasil somados. Nem mesmo aqueles que entrarem no serviço público após a aprovação da reforma serão atingidos. Esse fato, por si só, já desmonta o argumento de diminuir o custo da máquina pública.



Promoções por Antiguidade podem ser extintas na Polícia Civil

A PEC 32 também veda, expressamente, vários direitos atuais dos servidores públicos. Entre eles, um que é extremamente preocupante para os (as) Policiais Civis: a possibilidade da extinção das promoções por antiguidade. Hoje as promoções já são um problema na Polícia Civil, por não existir um regramento que garanta justiça nas promoções por merecimento. O fim das promoções por antiguidade vai tornar essa realidade ainda pior.

Autorização para redução da Jornada e dos Salários

Com a aprovação da PEC 32, fica autorizado a redução de jornada, desde que exista redução de salário (Art.37). Fica vedada a redução de jornada sem a correspondente redução de remuneração.



Reforma colocará mais de 200.000 Cargos Comissionados nas mãos de políticos

É importante salientar o papel dado pelo governo à regulamentação dos CCs e Cargos de Assessoramento. Esses cargos são de livre provimento pelos governantes, sem nenhum controle público. A tendência é que, cada vez mais, se abra espaço para os apadrinhados políticos no serviço público, jogando por terra as conquistas conseguidas na Constituição de 1988, que garantiu a impessoalidade e o ingresso por concurso público. Quem mais vai perder com isso é a população brasileira, que terá serviços prestados por trabalhadores sem autonomia e expostos a perseguições de políticos. Além de permitir a utilização do serviço público para objetivos eleitorais.

Para se ter uma ideia da dimensão da transformação do serviço público, em projeção feita pelo próprio Senado Federal, por volta de 200.000 Cargos Comissionados que, hoje, são ocupados por servidores de carreira, passarão a ser ocupados por pessoas sem vínculo com a administração pública. Ou seja, são 200.000 cargos comissionados que poderão ser indicados por apadrinhamento político



Reforma Administrativa vai aumentar a corrupção no Serviço Público

Uma das alterações promovida pela PEC 32/2020, deverá se tornar um importante foco de corrupção na Administração pública, a eliminação das restrições atualmente existentes à ocupação de cargos em comissão e funções de confiança. Com isso, o governo anda na direção contrária da moralidade pública, pois o que deveria ser feito é justamente o contrário: diminuir ao máximo o número de CCs e apadrinhados. Ditos cargos deveriam ser reduzidos a um mínimo possível e, sobretudo, excluídos da possibilidade do exercício de inúmeras atividades que hoje desempenham para diminuir os escândalos da Administração

A PEC 32/2020 permitirá um nível inédito de aparelhamento: não apenas os postos de comando e assessoramento, mas inclusive cargos de execução, poderão ser livremente indicados. Tratando-se da União, é motivo de especial preocupação, a possibilidade de captura da Receita Federal, do Tesouro Nacional, da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), do Banco Central, do CADE, das agências reguladoras e das universidades públicas, para interesses particulares.

Policiais Civis podem deixar de ser Carreira Típica de Estado

Entre as alterações propostas, uma chama a atenção: a proposta de mudança da designação existente, até hoje, de “Carreira Típica de Estado” para “Cargo Típico de Estado”. Isso pode significar a retirada dos Policiais Civis e demais profissionais da Segurança Pública nos estados e municípios desse enquadramento. Com isso, ficam diretamente ameaçados os direitos dos Policiais Civis, entre eles a estabilidade, e resguardados os direitos e privilégios dos altos escalões do serviço público.

A PEC estabelece que um projeto de lei vai definir quais são os cargos típicos de Estado. Não existe nenhuma garantia que os cargos dos Agentes de Polícia serão enquadrados nesse conceito. Se não houver uma grande mobilização da categoria, os policiais perderão um princípio que é a pedra angular da carreira policial, a estabilidade.

Outro aspecto que causa preocupação à categoria são os mais de 60 cargos de Agentes de Polícia em todo o país. A ausência de uma uniformidade, coloca a categoria em uma posição de extrema fragilidade.



Outros pontos importantes

Lei da Mordaça, assédio moral e superpoder ao Presidente

Imparcialidade constitucional. Tal princípio é extremamente subjetivo e político, dando margens a assédios e perseguições. Caso seja aprovada a PEC 32, a presidência da República, com uma canetada, ganhará o poder de criar, transformar e extinguir cargos comissionados, de liderança e assessoramento; criar, fundir, transformar ou extinguir ministérios, órgãos, autarquias e fundações por meio de decreto. Com isso, órgãos públicos como hospitais e universidades podem ser extintos ao bel prazer do Presidente da República.

O Governo terá, também, o poder de extinguir ou modificar os cargos atuais, precarizando e achatando os padrões de remuneração. Com isso, os servidores atuais, da ativa e aposentados, poderão experimentar um achatamento salarial jamais visto na administração pública.

Fim da gestão pública

Acabando com os servidores estatutários, os mesmos serão substituídos por contratos precários por tempo determinado, por terceirização e formas de ingresso sem concurso público, denominadas de “processo seletivo simplificado”. Isso compromete a entrega de direitos previstos na Constituição à sociedade brasileira.

Privatiza a administração pública

A invasão do setor privado de bens e serviços na administração pública vai tirar a responsabilidade do poder público de prestar determinada atividade. Isso gera o princípio de voucher; dá direito ao mercado privado atuar na área de direito social, como a segurança pública. Na verdade, o direito dos cidadãos e cidadãs serão transformados em mercadoria, com os serviços públicos, incluindo a segurança pública, sendo oferecidos a quem puder pagar.

Cobrança por serviços e diminuição de recursos

A PEC 32 prevê “gestão de receitas próprias” pelos órgãos, desobrigando o Estado a destinar orçamentos para alguns setores. Tal situação poderá estimular a cobrança pelos serviços na busca de “receitas próprias”, abrindo mais ainda as portas para a privatização, assim como dificultar a fiscalização desses recursos, propiciando a oportunidade de desvio e apropriação indevida dos mesmos.

Precarização dos Serviços e Direitos








A proposta prevê a priorização do princípio da subsidiariedade, fazendo com que o Estado atue de forma subsidiária como mero coadjuvante e servindo aos interesses de setores empresariais privados para provisão de bens e serviços à sociedade. O Estado auxiliaria e supriria a iniciativa privada em suas deficiências e carências, só substituindo-a excepcionalmente. A atuação do Estado seria a exceção, não a regra.



O que diz o Governo sobre a Reforma Administrativa

- Vai diminuir despesas públicas
- Vai modernizar o Estado
- Vai aumentar a eficiência e o desempenho
- Vai acabar os parasitas do Estado (Servidores Públicos)

A verdade sobre a Reforma Administrativa

-  Vai promover um abandono aos brasileiros pelo Estado.
-  Vai promover a corrupção no Serviço Público.
-  Vai promover um aparelhamento ainda maior do Estado, colocando mais de 200.000 Cargos em Comissão nas mãos dos políticos.
-  Vai promover a perda de capacidade operacional da saúde, educação, assistência social e segurança pública.
-  Vai desorganizar o Serviço Público acabando com a eficiência do Estado
-  Não economiza, muito pelo contrário, entrega o setor público e os direitos sociais para os interesses empresariais.
-  Tira a responsabilidade do Estado em sua função principal que é entregar para a sociedade os direitos previstos na Constituição.



Como você pode lutar contra a Reforma

1 - Pressione os Deputados e Senadores do seu estado

Envie e-mails e pressione os parlamentares nas redes sociais. Essa é uma ação de efeito imediato nas decisões legislativas e votação dos projetos que podem afetar sua vida.

2 - Curta e compartilhe o material do seu Sindicato

Fique atento às mobilizações do seu sindicato. Muito material tem sido divulgado e debatido por sua entidade. Siga, curta e compartilhe. Participe de campanhas virtuais. Quanto mais gente envolvida, maior a pressão.

3 - Se mantenha informado e participe dos debates e lives

Quanto mais informado sobre a PEC 32, mais ferramentas para combatê-la. São muitas as formas, leia e busque conhecimento crítico e politizado. Todas as categorias têm oferecido debates, lives e material explicando os problemas que a Reforma Administrativa acarreta para toda a sociedade.

4 - Converse com pessoas próximas e colegas de trabalho

O diálogo é fundamental para virar esse jogo. Falar sobre os danos da Reforma Administrativa com todos da sua família, amigos e com os colegas de trabalho é uma forma de fazer o discurso político circular no espaço público e fomentar a mobilização contra os ataques aos direitos de todos os brasileiros



FEDERAÇÃO INTERESTADUAL
DOS TRABALHADORES POLICIAIS
CIVIS DA REGIÃO SUL.

